



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO N.º 34.472/2018–e

PARECER N.º 218/2019–G3P

**EMENTA:** Exame de Contrato Emergencial. Serviço de Limpeza Urbana e Sustentare Saneamento S.A. Dispensa de licitação. Prestação de serviços de limpeza urbana, compreendendo a coleta, remoção e transporte de resíduos sólidos domiciliares, entre outros. Lote 1. Corpo Técnico pela determinação de remessa de esclarecimentos pelo SLU. Possível inercial e falta de planejamento no tocante ao lançamento do Edital do Pregão Eletrônico ordinário. Pela determinação de remessa de esclarecimentos quanto à justificativa do preço, dadas as irregularidades apontadas em relação ao procedimento de cotação utilizado pela Jurisdicionada. Indícios de desídia administrativa. MPCDF discordante quanto ao apensamento realizado e à quanto à diligência proposta. Quanto ao mérito, parcialmente de acordo com o Corpo Técnico e com ajustes redacionais. Irregularidades constatadas e ensejadoras de sancionamento. Fase de audiência. Razões de Justificativa. Evidências de danos ao erário. Conversão dos autos em TCE. Determinação ao SLU.

Os autos albergam a *análise dos aspectos formais do ajuste emergencial* firmado em 17/10/18, entre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF) e a sociedade empresária **Sustentare Saneamento S.A.**, Contrato n.º **57/2018**, por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, no montante total estimado em R\$ 85.707.477,36, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza urbana, compreendendo a coleta, remoção e transporte de resíduos sólidos domiciliares (excetuando-se os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva), as atividades de limpeza de vias e logradouros públicos (varrição manual e mecanizada, catação de papéis em áreas gramadas, a lavagem de vias urbanas, a lavagem de monumentos e prédios públicos, a pintura de meio-fio e equipes de serviços diversos), a remoção e transporte de resíduos sólidos produzidos nestas atividades de limpeza, a remoção de resíduos volumosos e de entulhos lançados em logradouros, a remoção de animais mortos, a prestação dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de transferência de resíduos sólidos urbanos do Distrito Federal, atividades estas devidamente referenciadas nas áreas compreendidas no Lote 1<sup>1</sup>, conforme se extrai da publicação de extrato contratual publicado<sup>2</sup>.

2. Posteriormente, mediante apensação e por determinação do Diretor da 1ª Divisão de

<sup>1</sup> Itapuã, Paranoá, Região dos Lagos, Condomínios Contagem, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Lago Oeste, Mestre Darma, Planaltina, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Nova Colina, Alto da Boa Vista Condomínios Grande Colorado, Brazlândia, Park Way I, Núcleo Bandeirante Guará I, Guará II, Candangolândia, Colônia Agrícola Águas Claras, Setor Militar, Cruzeiro, Asa Sul, Sudoeste/Octogonal, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Taquari, Mansões do Lago Norte, Torto, Condomínios São Bartolomeu, Condomínios Jardim Botânico, São Sebastião, Setor Residencial Tororó, Setor Habitacional Dom Bosco, Vila Planalto.

<sup>2</sup> DODF n.º 205, de 26/10/18 (peça n.º 1).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

Acompanhamento, foi realizada a juntada do Processo n.º **34.529/2018-e**<sup>3</sup>, autuado para exame dos aspectos formais do ajuste emergencial firmado em 17/10/18, entre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU/DF) e a sociedade empresária **Valor Ambiental Ltda.**, Contrato n.º **58/2018**, no montante total estimado de R\$ 44.686.419,12, por meio de dispensa de licitação, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza urbana, compreendendo a coleta, remoção e transporte de resíduos sólidos domiciliares (excetuando-se os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva), as atividades de limpeza de vias e logradouros públicos (varrição manual e mecanizada, caiação de papéis em áreas gramadas, a lavagem de vias urbanas, a lavagem de monumentos e prédios públicos, a pintura de meio-fio e equipes de serviços diversos), a remoção e transporte de resíduos sólidos produzidos nestas atividades de limpeza, a remoção de resíduos volumosos e de entulhos lançados em logradouros, remoção mecanizada de entulho nos PEV, a prestação dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de transferência de resíduos sólidos urbanos do Distrito Federal, atividades estas, devidamente referenciadas as áreas compreendidas no **Lote 3**<sup>4</sup>.

3. Por meio da Informação n.º **20/2019** – Diacomp1, sintetizando os fatos alusivos ao Contrato Emergencial n.º **57/2018**, o zeloso Corpo Instrutivo traz à colação o seguinte histórico:

5. Em 10/04/17, foi publicado no DODF n.º 69, o Aviso de Licitação acerca do Pregão Eletrônico n.º 02/2017, com objeto que engloba, dentre outros, os serviços relativos à contratação emergencial tratada nos autos, com abertura prevista para 10/05/17 às 09h00min, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)<sup>5</sup>.

6. No dia seguinte, mediante o Ofício n.º 205/2017–4ª DIACOMP, esta Secretaria solicitou ao SLU/DF a remessa de cópia do Processo n.º 094.000.905/2016, referente ao mencionado certame, ensejando a autuação, nesta Casa, do Processo n.º 10.226/2017-e<sup>6</sup>.

7. Nota-se, pelas justificativas constantes do Projeto Básico do contrato emergencial sub examine<sup>7</sup>, que o PE n.º 02/2017 **foi elaborado com o intuito de suprir o término do Contrato n.º 12/2012, dentre outros**<sup>8</sup>, ocorrido em 22/10/17, *verbis*:

**2. DA JUSTIFICATIVA**

*2.1. Justifica-se a presente contratação do objeto, tendo em vista o encerramento do Contrato de n.º 12/2012, oriundo do processo administrativo autuado sob o n.º 094.000.799/2012, que têm sua vigência até 22/10/2017, não podendo ser prorrogado, em virtude da prorrogação excepcional, nos termos § 4º, do art. 57, da Lei n.º 8.666/1993, nos termos do 10º Termo Aditivo ao Contrato n.º 12/2012.*

<sup>3</sup> Por economia processual e apresentar ao Tribunal sugestões compiladas que permitirão, na próxima fase processual, o exame da manifestação da jurisdição em relação aos indícios de irregularidades identificados (peça 11 e 12).

<sup>4</sup> Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II (2ª etapa), Riacho Fundo II (3ª etapa), Gama, Santa Maria, Meireles, Água Quente, incluindo as operações de transferência de resíduos sólidos (domiciliares e da varrição) das Estações de Transbordo do Gama e do Sobradinho, a transferência de rejeitos da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico Asa Sul (UTMB Asa Sul) e Unidade de Tratamento Mecânico Biológico Ceilândia (UTMB Ceilândia) ao Aterro Sanitário de Brasília (ASB), e a transferência de Composto da UTMB Asa Sul para o pátio de compostagem da UTMB Ceilândia (DODF n.º 201, de 22/10/18).

<sup>5</sup> Processo n.º 10.226/2017-e – peça 1.

<sup>6</sup> Peça 3.

<sup>7</sup> Fl. 12 do arquivo associado aos presentes autos - Cópia Processo SLU 00094-00010802/2018-27.

<sup>8</sup> Folha 21 do arquivo associado Cópia de Processo (Processo n.º 10.226/2017-e) - Anexo I do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2017 – SLU/DF – 2. DA JUSTIFICATIVA / 2.1 Da Contratação: /2.1.1. Justifica-se a presente contratação tendo em vista o encerramento dos contratos vigentes para atendimento dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, citados no objeto deste instrumento, para as localidades descritas neste documento, visto tratar-se de ações essenciais de saúde pública que não podem ser interrompidas e, atender as legislações pertinentes.



MPCDF

Fl.

Proc.: 34.472/2018-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

2.2. Em 19/10/2016 foi instaurado o processo nº 094.000.905/2016, que tem como objeto a contratação dos serviços de limpeza urbana e afins, originando o Pregão Eletrônico nº 02/2017-PE/SLU-DF, que foi autorizado pelo TCDF e MPDFT, em momento anterior, e encontra-se, desde 06/09/2018, em fase de habilitação das propostas de menor valor, não sendo possível a homologação e adjudicação em tempo oportuno para contratação da nova contratação.

2.3. Considerando que a prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos ser de, caráter ininterrupto, pois sua ausência pode ocasionar vários riscos a população e prejuízos ao meio ambiente e a saúde pública.

2.4. Sendo assim, e considerando os prazos previstos para conclusão do certame, e início dos serviços, o novo contrato, certamente, não será celebrado antes do término dos atuais, ficando, assim, a Administração sem cobertura do contratual para realização dos serviços.

8. De se registrar que a tramitação do PE nº 02/2017<sup>9</sup> **vem ocorrendo de modo tumultuado, tendo sido aquele instrumento alvo de diversas representações junto à Corte e impugnações administrativas, o que levou o Tribunal a promover a suspensão do certame para o oferecimento de esclarecimentos e realização de alterações visando aperfeiçoar o instrumento editalício**, conforme se depreende das decisões adotadas no âmbito do Processo nº 10.226/2017-e<sup>10</sup>.

9. A própria jurisdicionada promoveu a suspensão do certame em três oportunidades para análise dos diversos questionamentos, esclarecimentos e impugnações interpostas por interessados ao edital em epígrafe, conforme se observa pelo sítio eletrônico do SLU<sup>11</sup>, nas datas de 08/05/17, 06/09/17 e 18/05/18.

10. Mais recentemente, o Tribunal **determinou ao SLU/DF e ao Pregoeiro que se abstivessem de homologar e adjudicar o resultado do referido procedimento licitatório, até ulterior manifestação desta Corte**, conforme se observa pelas últimas decisões adotadas no Processo nº 10.226/2017-e, de nos 4221/2018 (peça 189), 4314/2018 (peça 215) e 4905/2018 (peça 252), esta última datada de 11/10/18, na qual o Tribunal decidiu, *verbis*:

*I - tomar conhecimento:*

a) das Representações formuladas pela sociedade empresária Valor Ambiental Ltda. (e-doc 37C35E97-c) e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Associações Comunitárias de Carroceiros e demais Prestadores de Serviços Terceirizados, em Parceria e/ou Conveniados da Limpeza Pública do Distrito Federal - Sindlurb (e-DOC 2D85F3FD-c), com pedidos de medida cautelar, apontando possíveis irregularidades no edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2018, tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF, c/c o disposto no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993;

b) da Informação n.º 264/2018 (e-DOC 80FC6CA1-e);

c) do Parecer n.º 897/2018-G3P (e-DOC 6A8F6244-e);

*II - determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, com fulcro no art. 277, "caput", do RI/TCDF, que se abstenha de adjudicar/homologar o resultado do Pregão Eletrônico n.º 02/2018 - SLU/DF, até ulterior deliberação plenária;*

*III - fixar o prazo de 3 (três) dias úteis para que o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU, o Pregoeiro e a sociedade empresária Cavo Serviços e Saneamento S.A. apresentem os esclarecimentos quanto ao teor das Representações supracitadas;*

<sup>9</sup> O qual recebeu nova numeração (PE nº 02/2018), em razão de problemas técnicos ocorridos na inserção do Edital retificado no sistema Comprasnet (v. peça 5).

<sup>10</sup> Despacho Singular nº 274/2017-GCPM (peça 18), Decisão nº 2105/2017 (peça 22), Decisão nº 2313/2017 (peça 39), Decisão nº 3859/2017 (peça 82), Decisão nº 4368/2017 (peça 99), Decisão nº 5679/2017 (peça 121), Decisão nº 462/2018 (peça 149).

<sup>11</sup> <http://www.slu.df.gov.br/pregao-eletronico-n-o-022017-peslu/> e <http://www.slu.df.gov.br/pregao-eletronico-2018/>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*IV - estabelecer prazo de 3 (três) dias úteis ao Sindlurb para que encaminhe documentação que teria estabelecido poderes ao signatário da referida representação para firmar esse instrumento;*

*V - autorizar:*

*a) o encaminhamento de cópia da Informação n.º 264/2018, do Parecer n.º 897/2018-GPDA, do relatório/voto do Relator, da declaração de voto apresentada pelo Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO e desta decisão, bem como das referidas Representações ao SLU, ao Pregoeiro e à sociedade empresária Cavo Serviços e Saneamento S.A., a fim de subsidiar o atendimento das diligências;*

*b) a ciência desta decisão às Representantes, informando-lhes que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail);*

*c) com fulcro nos arts. 129 e 134 do RI/TCDF, o fornecimento de cópia integral dos autos à sociedade empresária Sustentare Saneamento, devendo a requerente demonstrar a regular constituição da sociedade de advogados para representá-la nos autos;*

*d) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento - Seacom/TCDF, para análise, em caráter de urgência, com tramitação prioritária, do mérito das Representações.*

**11. Em consequência do atraso na conclusão do PE nº 02/2017, foram celebrados três contratos emergenciais desde o encerramento do Contrato nº 12/2012, ocorrido em 22/10/17, conforme tabela elaborada a seguir, destacando-se que o último contrato da lista é objeto do presente exame.**

CONTRATO	EMPRESA	PROCESSO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
32/2017	Sustentare Saneamento S/A	094.000.855/2017	180 dias 23/10/2017 a 21/04/2018	17.131.497,58	102.788.985,48
27/2018	Sustentare Saneamento S/A	094.007.229/2018	180 dias 21/04/2018 a 17/10/2018 ou até a finalização do PE n.º 2/2018, o que ocorrer primeiro	13.415.137,15	80.490.822,90
57/2018	Sustentare Saneamento S/A	094.010.802/2018	180 dias 18/10/2018 a 15/04/2019, até a finalização do PE n.º 2/2018, o que ocorrer primeiro	14.284.579,56	85.707.477,36

(destaquei)

4. Em exame, ao passo em que ressalta a análise incidente sobre os aspectos formais, nos termos da peça 8; reputa adequada a fundamentação utilizada pela Jurisdicionada, a teor do art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/1993, porquanto entende que o objeto abrange serviços essenciais à manutenção da saúde pública distrital, que não podem ser interrompidos, conforme justificativas constantes do Projeto Básico<sup>12</sup> e Parecer SEI-GDF n.º 133/2018 - SLU/PRESI/PROJU, da Procuradoria-Jurídica do SLU<sup>13</sup>.

5. Quanto ao ato que dispensou a licitação<sup>14</sup>, ressalta que foi ratificado pela autoridade

<sup>12</sup> Arquivo associado Cópia Processo SLU 00094-00010802/2018-27- fls. 12/13.

<sup>13</sup> Item 2.7. Enquadramento da situação fática na hipótese de dispensa de licitação - fls. 808/809 do mesmo arquivo associado.

<sup>14</sup> Datado de 16/10/18.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

superior no mesmo dia<sup>15</sup> e publicado<sup>16</sup>, no dia seguinte<sup>17</sup>, registrando que, devido a uma incorreção no valor mensal do contrato, a ratificação da dispensa foi republicada em 19/10/18<sup>18</sup>; sem suscitar objeções no que toca a esse aspecto.

6. Em relação à caracterização da situação emergencial, nos termos do art. 26, parágrafo único, I, da Lei nº 8.666/93<sup>19</sup>, entende confrontar o item II, “a”, da Decisão Normativa TCDF nº 3.500/1999<sup>20</sup>; uma vez que o lançamento do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2017 ocorreu no curso dos 12 meses de prorrogação excepcional.

7. Nesse sentido, esclarece que a contratação emergencial se fez necessária já ao fim da vigência estendida do Contrato nº 12/2012 (até 22/10/2017)<sup>21</sup>, mas que o Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2017 teve sua abertura prevista, inicialmente, somente para 10/05/2017.

8. Ressalta, contudo, que a última prorrogação do Contrato nº 12/2012 foi realizada em caráter excepcional, com base no art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/93<sup>22</sup>, portanto, para além do

<sup>15</sup> Arquivo associado - fls. 816/818.

<sup>16</sup> Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

<sup>17</sup> DODF nº 198, de 17/10/18 (p. 45).

<sup>18</sup> DODF nº 200 (p. 62).

<sup>19</sup> [...] Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; [...]

<sup>20</sup> O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:

I) por atender aos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 194 do RI/TCDF, conhecer da consulta formulada pelo Presidente da Câmara Legislativa do DF, nos seguintes termos: "pode esta Casa Legislativa celebrar contrato emergencial com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, com empresa prestadora de serviços continuados de modo a evitar solução de continuidade de tais serviços enquanto se ultima o correspondente certame licitatório?" II) **informar ao ilustre consulente que, sem prejuízo do cumprimento das formalidades previstas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, é possível a contratação direta de obras, serviços (continuados ou não) e bens, com fulcro no art. 24, IV, da referida norma legal, se estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos, devidamente demonstrados em processo administrativo próprio:** a) a licitação tenha se iniciado em tempo hábil, considerando, com folga, os prazos previstos no Estatuto Fundamental das Contratações para abertura do procedimento licitatório e interposição de recursos administrativos, bem assim aqueles necessários à elaboração do instrumento convocatório, análise dos documentos de habilitação (se for o caso) e das propostas, adjudicação do objeto e homologação do certame; b) o atraso porventura ocorrido na conclusão do procedimento licitatório não tenha sido resultante de falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que tal fato não possa, em hipótese alguma, ser atribuído à culpa ou dolo do(s) agente(s) público(s) envolvido(s);

c) a situação exija da Administração a adoção de medidas urgentes e imediatas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; d) a contratação direta pretendida seja o meio mais adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado; e) o objeto da contratação se limite, em termos qualitativos e quantitativos, ao que for estritamente indispensável para o equacionamento da situação emergencial; f) a duração do contrato, em se tratando de obras e serviços, não ultrapasse o prazo de 180 dias, contados a partir da data de ocorrência do fato tido como emergencial; g) a compra, no caso de aquisição de bens, seja para entrega imediata; III) tendo em conta que a resposta à consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto (arts. 1º, § 2º, da Lei Complementar nº 01/94 e 194, § 2º, do RI/TCDF), dar ciência desta decisão a todos os entes jurisdicionados. [...]

<sup>21</sup> Extrato do Décimo Termo Aditivo, publicado no DODF nº 216, de 17/11/16, p. 79 (peça 9). Vigência estendida para 22/10/2017.

<sup>22</sup> Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: [...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

[...]





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

limite ordinário de 60 meses estabelecido nos termos do art. 57, II, do Estatuto de Licitações.

9. Considerando as aludidas circunstâncias fáticas, entende que a licitação não foi iniciada em tempo hábil, considerando, com folga, os prazos previstos no Estatuto das Contratações. Advoga, nessa linha, que a Jurisdicionada deveria ter dado início à fase externa do certame com tempo razoável para o término do contrato considerando as prorrogações até o limite ordinário de 60 meses; para, na hipótese de não conseguir concluí-lo, aí sim, lançar mão da prorrogação excepcional do ajuste, evitando, desse modo, a celebração de contratações emergenciais.

10. Argumenta que a magnitude do certame, cuja estimativa inicial era de R\$ 1.518.241.578,91, tornava perfeitamente previsível a tendência ao acirramento da disputa entre os licitantes concorrentes, exigindo planejamento e atuação proativa da Jurisdicionada, a fim de suplantar o esperado elevado número de impugnações; o que, ao fim e ao cabo, se tem confirmado a teor da tramitação do Processo n.º 10.226/2017-e, que, ao cotejo das inúmeras representações oferecidas, queda aguardando deliberação definitiva da Corte acerca da adjudicação/homologação do resultado do Pregão Eletrônico n.º 02/2017, nos termos do item II da Decisão n.º 4.905/2018<sup>23</sup>.

11. Assim, entende que a delonga na publicação do edital evidencia clara afronta às boas práticas de gestão e descumprimento do item II, “a”, da Decisão n.º 3.500/1999.

12. Do mesmo modo, ressalta que o elevado número de impugnações e representações incidentes sobre aspectos técnicos do Pregão Eletrônico n.º 2/2018 denuncia falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, nos termos do item II, “b”, da Decisão n.º 3.500/1999; o que tem contribuído para o atraso no andamento do procedimento licitatório ordinário e, em consequência, para a celebração de sucessivos ajustes emergenciais.

13. Destaca, além disso, que o Contrato Emergencial n.º **57/2018**, sob exame, foi, ao fim e ao cabo, entabulado no intuito de dar continuidade aos Contratos n.ºs 27/2018 e 32/2017, a despeito de o art. 24, IV, da Lei de Licitações<sup>24</sup> expressamente vedar a prorrogação de contratos emergenciais.

14. A despeito disso, anota que restam aproximadamente 2 meses<sup>25</sup> para o término da vigência do aludido contrato emergencial, o que, a seu turno, pode ensejar a celebração de um

---

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

<sup>23</sup> [...] II – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, que se abstenha de adjudicar/homologar o resultado do Pregão Eletrônico n.º 02/2018 – SLU/DF, até ulterior deliberação plenária;

<sup>24</sup> Art. 24. É dispensável a licitação: (...)

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

<sup>25</sup> A partir da Instrução.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

quarto ajuste emergencial eivado de idêntica pecha; porquanto, embora selecionadas as empresas vencedoras dos lotes 1, 2 e 3<sup>26</sup> a partir do Pregão Eletrônico n.º 2/2018, a Corte, por meio da Decisão n.º 4.905/2018, conforme registrado, determinou ao SLU que se abstivesse de adjudicar/homologar o resultado do certame, até deliberação plenária.

15. Salienta, em relevo, que a sociedade empresária Sustentare Saneamento S/A é signatária de todos os ajustes relacionados, inclusive do extinto Contrato n.º 12/2012, cujos serviços passaram a ser prestados ao esteio de suposta emergência.

16. Diante disso, propõe à Corte que – dadas as graves consequências que, a toda evidência, decorreram da inércia e da falta de planejamento dos gestores da Jurisdicionada, no que toca ao lançamento do Edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2017 – determine ao SLU/DF que, no prazo de 30 dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes com relação aos fatos registrados nos parágrafos 15/23 da Informação, os quais podem ensejar a aplicação da penalidade prevista art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994, tendo em vista a afronta ao art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93, bem como aos itens II, “a” e II, “b” da Decisão n.º 3.500/1999.

17. Quanto à justificativa do preço praticado no Contrato Emergencial n.º 57/2018, também objeto de exame nestes autos, o Corpo Técnico salienta que a oferta foi selecionada pelo SLU a partir de pesquisa realizada junto a 4 empresas<sup>27</sup>, sendo que apenas a empresa Sustentare Saneamento S/A. apresentou proposta de preços, no valor mensal de R\$ 14.284.579,56 e montante total estimado de R\$ 85.707.477,36, para 180 dias<sup>28</sup>.

18. Especialmente quanto a esse procedimento, o zeloso Corpo Técnico surpreende-se e ressalta o fato de o pedido de cotação de preços n.º 22/2018<sup>29</sup>, elaborado com a finalidade de obter preços para balizar a dispensa de licitação, ter sido encaminhado às quatro sociedades empresárias no dia 15/10/2018, pouco antes das 13h, com prazo limite até as 18h para fornecimento de resposta<sup>30</sup>; sublinhando que, somente por volta das 17h30min do mesmo dia, portanto meia hora antes de findar o prazo de resposta, a Jurisdicionada disponibilizou aos remetentes a relação de documentos necessários à habilitação<sup>31</sup>.

19. Ainda sobre a incomum rotina adotada pela Jurisdicionada no presente caso, o Corpo Técnico reproduz inteiro teor de manifestação dos setores envolvidos no âmbito do SLU, conforme segue:

**Gerência de Licitação e Contrato** (fl. 210 do Processo n.º 00094-00010802/2018-27)

Esta gerência recebeu o presente processo nesta data (09/10/2018), e considerando a proximidade do término do contrato, informo que não há tempo hábil para adoção dos procedimentos que ordinariamente esta gerência vem adotando para proceder

<sup>26</sup> Lote 1 – Empresa CAVO SERVICOS E SANEAMENTO S/A (CNPJ 01.030.942/0001-85) – Valor: R\$ 603.997.250,0000

Lote 2 – Empresa SUSTENTARE SANEAMENTO S/A (CNPJ 17.851.447/0001-77) – Valor: R\$ 454.999.899,6000

Lote 3 – Empresa VALOR AMBIENTAL LTDA (CNPJ 07.026.299/0001-00) – Valor: R\$ 483.505.662,6000

<sup>27</sup> Valor Ambiental, Sustentare Saneamento, Consita e Estre. Folhas 255/259 e 261/268 do arquivo associado Cópia Processo SLU 00094-00010802/2018-27.

<sup>28</sup> Folhas 269/791 do arquivo associado.

<sup>29</sup> Folhas 214/254 do arquivo associado Cópia Processo SLU 00094-00010802/2018-27.

<sup>30</sup> Folhas 255/259 do arquivo associado Cópia Processo SLU 00094-00010802/2018-27.

<sup>31</sup> Folhas 261/268 do arquivo associado Cópia Processo SLU 00094-00010802/2018-27.



MPCDF

Fl.

Proc.: 34.472/2018-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

contratações emergenciais, quais sejam:

- pedido de cotação à diversas empresas dos ramos;
- análises das propostas apresentadas; e por fim
- a escolha da propostas de menor preço, que atenda as exigências de habilitação.

Diante do exposto, encaminhamos os autos para deliberação sobre o procedimento a ser adotado no presente caso, em fase da exigüibilidade do prazo, diante da possibilidade da descontinuidade dos serviços, conforme despacho da DILUR (destaquei).

**Diretora de Administração e Finanças** (fl. 211/2012 do Processo n.º 00094-00010802/2018-27)

À Presidência,

Diante da proximidade do término do prazo de vigência do Contrato Emergencial n.º 27/2018, cujo objeto consiste em prestação de serviços de limpeza urbana - Lote 1, encaminho à Vossa Senhoria as informações prestadas pela Gerência de Licitação e Contrato (13689755), sobre impossibilidade de observância aos procedimentos ordinariamente adotados por este SLU nas contratações emergenciais.

De fato o SLU tem adotado procedimentos de realizar cotação de preços, consultando diversas empresas prestadoras dos serviços de limpeza urbana, sendo contratadas aquelas que apresentam propostas com o menor valor, sempre analisada sua habilitação técnica e jurídica pela Diretoria Técnica e GELIC, respectivamente. Para que este processo se realize, a GELIC envia e-mail com a solicitação de propostas, abrindo prazo para que sejam encaminhadas ao SLU. Após o recebimento das propostas, a Diretoria Técnica as analisa e elabora relatório contendo o resultado quanto à adequação técnica e financeira de cada proposta. A GELIC analisa a documentação fiscal e trabalhista, para que possa, dentre todas as propostas, ser escolhida a que possui proposta mais vantajosa para a Administração e cumpra as exigências legais e técnicas.

Todo este procedimento precisa de um prazo para ocorrer, normalmente entre 10 e 15 dias úteis.

Saliento, por fim, que os autos somente foram encaminhados a esta Diretoria no dia 09/10/2018, conforme o Despacho SLU/PRESI (13658816), com vistas à adoção de procedimentos administrativos para nova contratação emergencial, em razão do fim da vigência do Contrato n.º 27/2018, previsto para o dia 17 de outubro de 2018.

Ademais, a continuidade dos serviços públicos a serem contratados no presente processo é essencial à população do Distrito Federal, sendo necessária, em razão do exíguo prazo, a contratação direta das empresas que atualmente prestam os serviços, em caráter emergencial.

Em razão disso, não se vislumbra viável a realização de procedimento de cotação de preços ou publicação de aviso de dispensa para recebimento de propostas, metodologia adotada atualmente no âmbito do SLU, uma vez que demandaria maior prazo para comunicação, formulação e recebimento de propostas por parte das empresas, além da necessidade de tempo hábil para a avaliação das propostas por parte do setor técnico desta Autarquia, o que, no presente momento, se mostra inviável, tendo em vista a complexidade das planilhas que devem constar na proposta, bem como a vasta quantidade de documentos habilitatórios, que devem ser apresentados e avaliados de forma criteriosa. Além disso, os serviços a serem contratados emergencialmente já estão em processo de licitação, tendo em vista que o Pregão Eletrônico 02/2018 encontra-se em fase de análise da proposta, ou seja, os contratos emergenciais poderão ter vigência por curto prazo em razão da proximidade da conclusão do procedimento de contratação regular.

Assim, no presente caso, diante da necessidade da continuidade dos serviços prestados, e por serem considerados essenciais à população do Distrito Federal, solicito à Vossa Senhoria a autorização para a continuidade do presente trâmite processual conforme a previsão do art. 24, IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, sem a publicação de aviso de dispensa de licitação ou realização de cotação de preços com empresas do ramo.

Sugere-se, ainda, adoção das medidas cabíveis pela possível prática de desídia





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**administrativa que deu ensejo à referida urgência, sem a adoção dos procedimentos ordinários utilizados em outros processos similares.**

Por fim, solicitamos que, após a autorização, os autos sejam encaminhados à GELIC. (destaquei).

20. A despeito das solicitações das áreas competentes no sentido de dispensar o aviso de licitação e a realização de cotação de preços, com apuração da prática de desídia administrativa, pela ausência de adoção dos procedimentos ordinários omitidos, a Instrução informa que a Presidente da autarquia autorizou a continuidade do trâmite processual e determinou a realização de cotação de preços<sup>32</sup>; o que entende ter sido efetivado, apenas, com o intuito de dar aparência de legalidade ao procedimento de dispensa, nos termos do art. 26, parágrafo único, III, da LLic; sem, de fato, obter propostas que pudessem ser comparadas para permitir a seleção mais vantajosa.

21. Assim, conquanto não tenha identificado indícios de dano ao erário em razão dos preços praticados no contrato emergencial sob exame que, segundo assere, encontra-se em nível financeiro compatível com o Contrato n.º 12/2012, encerrado em 22/10/2017, há mais de um ano; sugere à Corte que *a Jurisdicionada seja instada a apresentar esclarecimentos em razão do descumprimento do art. 26, parágrafo único, III, da Lei de Licitações, o que pode ensejar aplicação de sanção pecuniária aos responsáveis nos termos do art. 57, II e III, da Lei Orgânica do Tribunal.*

22. Nessa toada, não obstante a constatação, demonstrando a adequação dos preços praticados e, portanto, a inexistência de prejuízos ao erário em decorrência da contratação emergencial examinada, a esmerada Instrução anota, *verbis*:

[...]

38. Neste sentido, vale observar que, no âmbito do Processo TCDF nº 33.838/2017, vem sendo apreciada Representação de empresa acerca de possíveis irregularidades ocorridas em procedimento de dispensa de licitação que culminou na celebração do Contrato Emergencial nº 32/2017 pelo SLU/DF com a empresa Sustentare Saneamento S.A., em substituição ao Contrato nº 12/2012.

39. Daqueles autos, extraímos excerto da última Informação produzida pela área técnica, de nº 169/2018 – 1ª DIACOMP/SEACOMP, acerca dos valores contratuais envolvidos (peça 65 – fl. 32), *verbis*:

32. Nesse sentido, ao compulsar o Projeto Básico visto às fls. 21/37 da cópia do Processo 094.000.855/2017, elaboramos uma planilha com os valores base orçados pelo SLU/DF

<sup>32</sup> Considerando que o Projeto Básico elaborado pela DITEC contempla alterações nas planilhas de preços, em referência ao contrato atual, AUTORIZO, com base no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93 a continuidade ao presente trâmite processual, referente à contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para execução de serviços de limpeza urbana, compreendendo a coleta, remoção e transporte de resíduos sólidos domiciliares (excetuando-se os materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva), as atividades de limpeza de vias e logradouros públicos (varrição manual e mecanizada, catação de papéis em áreas gramadas, a lavagem de vias urbanas, a lavagem de monumentos e prédios públicos, a pintura de meio-fio e equipes de serviços diversos), a remoção e transporte de resíduos sólidos produzidos nestas atividades de limpeza, a remoção de resíduos volumosos e de entulhos lançados em logradouros, a remoção de animais mortos, à prestação dos serviços de operação e manutenção dos sistemas de transferência de resíduos sólidos urbanos do Distrito Federal atividades estas, devidamente, referenciadas nas áreas compreendidas no Lote 1, devendo ser realizada COTAÇÃO DE PREÇOS com vistas à contratação de empresa que apresentar melhor proposta, observando a urgência que o caso requer.

À GELIC, para adoção das providências necessárias.

À DITEC, para complementação da instrução processual com planilhas de cotação de preços.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*para o contrato emergencial, lastreados nos valores originais do contrato anterior, de nº 12/2012, cujos resultados podem ser vistos no arquivo associado Orçamento-Base-SLU, resultando no montante mensal de R\$ 15.405.968,81.*

*33. Destaque-se que, segundo o teor do Despacho nº 390/2017- DITEC/SLU, de 26/09/17, o valor mensal referido decorre diretamente do valor mensal mais recente do Contrato nº 12/2012, devidamente atualizado, tendo havido alteração “apenas na composição dos custos indiretos onde, foi adotado o percentual de 13,40% ao somatório das parcelas referentes a Administração e Lucro para o contrato emergencial sobre os valores vigentes dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal” (fls. 38/39 do Processo nº 094.000.855/2017).*

*34. A única alteração significativa efetivada pelo SLU/DF no orçamento base, portanto, foi o acréscimo de 25% nos quantitativos estimados para execução ao longo do contrato emergencial, o que elevou a estimativa do valor mensal para R\$ 19.257.613,76 (v. arquivo associado Orçamento-Base-SLU).*

*40. Utilizamos, então, os valores relativos ao Contrato nº 12/2012 contidos na planilha vista no arquivo associado Orçamento-Base-SLU (Processo nº 33.838/2017-e), para efeito de comparação com os valores relativos ao Contrato Emergencial nº 57/201817, resultando na planilha constante do arquivo associado aos presentes autos: OrcamentoBaseSLU-versus-Contrato-57-2018.*

*41. Destaque-se que o serviço intitulado P11 - Operação de Usina de Triagem e Compostagem da Asa Sul (UTL), presente no Contrato nº 12/2102, já não faz parte do Contrato nº 57/2018, tendo sido destacado pelo SLU/DF para o Contrato nº 28/2018, cuja vigência ocorreu de 21/04/18 a 17/10/1818 e, posteriormente, para o Contrato nº 59/2018, com vigência de 18/10/18 a 15/04/1919.*

*42. Assim, ao comparar os valores do Contrato nº 57/2018 com os do Contrato nº 12/2012 ajustado, nota-se que, tanto os valores mensal e total do emergencial analisado (R\$ 14.284.579,56 e R\$ 85.707.477,36 respectivamente) são inferiores cerca de 4,63% relativamente aos valores mensal e total do contrato mais antigo (R\$ 14.979.092,95 e R\$ 89.874.557,70 respectivamente).*

*43. Note-se, igualmente, que, à exceção do serviço P05 – Varrição mecanizada de vias e logradouros públicos, cujo preço unitário sofreu um acréscimo de 6%, do Contrato nº 12/2012 para o Contrato nº 57/2018, todos os outros serviços tiveram seus preços unitários reduzidos, sendo que a redução percentual mais expressiva foi aquela relacionada ao serviço P04 – Varrição manual de vias e logradouros, cerca de 31%.*

*44. Por fim, com relação às variações nos quantitativos dos serviços examinados, menciona-se que dos onze serviços (P01 a P10 e P12), cinco serviços mantiveram seus quantitativos (variação percentual 0%), um serviço teve redução de 40% e outros cinco sofreram aumento percentual (13,33%, 15%, 21%, 25% e 33,33%).*

*45. Observe-se, contudo, que, à exceção dos serviços P08 – Catação de papéis e plásticos em áreas verdes e P09 – Pintura de meio-fio, cujos aumentos percentuais foram de 25% e 33,33% respectivamente, tais percentuais estão abaixo daqueles previstos para os serviços do Contrato Emergencial nº 32/2017, todos no montante de 25%, conforme se depreende da planilha constante do arquivo associado Orçamento Base do SLU/DF ao Processo nº 33.838/2017-e (v. § 36 – subparágrafo 34).*

*46. Assim, à vista do exposto, não vislumbramos indícios de prejuízo ao erário, a princípio, nos valores praticados no âmbito do Contrato nº 57/2018. (destaquei).*

23. Ao fim, na medida em que ressalta que as incorreções identificadas no Parecer da Procuradoria Jurídica/SLU n.º 133/2018<sup>33</sup> são, basicamente, as mesmas identificadas ao longo da Instrução, põe ao e. Plenário, *verbis*:

49. Diante de todo o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário que:

<sup>33</sup> Folhas 805/813 do arquivo associado Cópia Processo SLU 00094-00010802/2018-27.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

I) tome conhecimento das peças nos 1 a 9, acostadas aos presentes autos, bem como da Informação nº 20/2019 – Diacomp1 (peça nº 10);

II) determine ao SLU/DF que, no prazo de 30 dias:

a) considerando a gravidade das consequências relativas à possível inércia e falta de planejamento, no tocante ao lançamento do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2017, apresente esclarecimentos em relação aos fatos registrados nos §§ 15/23 da Informação nº 20/2019 – Diacomp1, tendo em vista possível afronta ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, bem como aos itens II.“a” e II.“b” da Decisão nº 3.500/99, respectivamente; (§ 29)

b) apresente esclarecimentos em relação aos fatos noticiados nos §§ 30/36 da Informação nº 20/2019 – Diacomp1, tendo em vista possível afronta ao art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/93, bem como possível desídia administrativa, conforme aventado pelo próprio SLU/DF (v. §§ 33/34 da mesma Informação); (§ 47)

III) autorize:

a) a remessa de cópia da presente informação à jurisdicionada, para conhecimento e adoção das providências cabíveis em relação ao item II supra;

b) a devolução dos autos à SEACOMP, para os fins pertinentes. (destaquei).

24. Na sequência, foi produzido o Termo de Apensação (peça 11), por meio do qual a 1ª Divisão de Acompanhamento determinou, por economia processual, a juntada do Processo n.º **34.529/2018**<sup>34</sup> (parágrafo 2º, retro).

25. Segue-se cota aditiva em que o Diretor da 1ª Divisão de Acompanhamento informa a apensação, esclarece os motivos de sua decisão e propõe novas sugestões compiladas e agregadas do resultado do exame empreendido pelo Corpo Técnico mediante Informação n.º 23/2019–Diacomp1, no bojo do Processo n.º **34.529/2018**; em substituição às proposições da Informação n.º 20/2019–Diacomp1<sup>35</sup> (Processo n.º **34.472/2018**) e também da Informação n.º 23/2019–Diacomp1<sup>36</sup> (Processo n.º **34.529/2018**), no que foi acompanhado pelo Secretário de Controle Externo (peça 13). Reproduzo, *verbis*:

Os Processos nos 34472/2018 e 34529/2018 foram autuados para tratar da análise dos aspectos formais de duas contratações emergenciais levadas a efeito pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, Contratos nos 57 e 58/2018, respectivamente.

Ao término das análises empreendidas mediante as Informações nos 20/2019 (peça 10) e 23/2019 (peça 12 do Processo nº 34529/2018), com as quais concorda-se, verificou-se que os indícios de irregularidades identificados, no que se refere à possível inércia e falta de planejamento da jurisdicionada, se referem ao lançamento tardio do mesmo procedimento licitatório, qual seja o Pregão Eletrônico nº 02/2017. Além disso, constatou-se haver similaridade entre a possível desídia administrativa aventada em ambos os autos e o próprio objeto das contratações emergenciais analisadas.

2. Dessa forma, optou-se por apensar o Processo nº 34529/2018 a estes autos, por economia processual, e apresentar ao Tribunal sugestões compiladas que permitirão, na próxima fase processual, o exame da manifestação da jurisdicionada em relação aos indícios de irregularidades identificados nas referidas análises técnicas.

3. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário, em substituição às proposições consignadas nas Informações nos 20/2019 (peça 10) e 23/2019 (peça 12 do Processo nº 34529/2018):

I. tomar conhecimento:

<sup>34</sup> Informação n.º 23/2019–Diacomp1.

<sup>35</sup> Peça 10, do Processo n.º **34.472/2018**.

<sup>36</sup> Peça 12, do Processo n.º **34.529/2018**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

- a) das peças 1 a 9 acostadas aos presentes autos;  
b) da Informação nº 20/2019 – Diacomp1 (peça 10);  
c) do Processo nº 34529/2018 apensado aos presentes autos;  
d) das peças 1 a 12 do Processo nº 34529/2018, que inclui a Informação nº 23/2019 – Diacomp1;  
II. determinar ao SLU/DF que, no prazo de 30 dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos consignados:  
a) nos §§ 15/23 da Informação nº 20/2019 – Diacomp1 e nos §§ 15/29 da Informação nº 23/2019 – Diacomp1, haja vista possível afronta ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, bem como aos itens II.a e II.b da Decisão nº 3.500/1999, respectivamente;  
b) nos §§ 30/36 da Informação nº 20/2019 – Diacomp1 e nos §§ 31/38 da Informação nº 23/2019 – Diacomp1, haja vista a possível afronta ao art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, bem como a possível desídia administrativa, conforme aventado pelo próprio SLU/DF (§§ 33/34 e 35/36 das mesmas informações, respectivamente);  
c) nos §§ 40/50 da Informação nº 23/2019 – Diacomp1, os quais podem estar dando causa a prejuízo aos cofres distritais; e  
III. autorizar:  
a. a remessa de cópia das Informações nos 20 e 23/2019 – Diacomp1 à jurisdicionada, para subsidiar sua manifestação; e  
b. o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.

26. Os autos vêm ao exame do Ministério Público de Contas a teor do Despacho Singular nº 150/2019–GCRR, da lavra do Conselheiro Renato Rainha (peça 15, Processo nº **34.472/2018**).

27. Apenas para compreensão adequada das circunstâncias, *ab initio*, faço alusão ao teor da Informação nº **23/2019**–Diacomp1, porquanto, pelas razões que enumero na sequência, entendo inadequada a apensação do Processo nº **34.529/2018** realizada pelo Corpo Técnico.

28. Assim, verifico que, naquela Peça, a competente Unidade Técnica esclarece que, em circunstâncias semelhantes ao do Contrato Emergencial nº **57/2018** (Processo nº **34.472/2018**), a contratação que originou o Ajuste Emergencial nº **58/2018** (Processo nº **34.529/2018**) também restou justificada pela Jurisdicionada ao esteio da pendência na conclusão do Pregão Eletrônico nº 2/2017–PE/SLU (Processo nº 094.000.905/2016), que o substituiria; considerando a impossibilidade de prorrogação do Contrato nº **13/2012**, com última vigência para 22/10/2017 e já prorrogado em caráter excepcional, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, a teor de seu 10º Termo Aditivo.

29. Segue narrando, em síntese, que a delonga da conclusão do Pregão Eletrônico nº 2/2017, nas circunstâncias já aduzidas (parágrafo 3º, retro), implicou a celebração de 3 contratos emergenciais, desde o encerramento do Contrato nº 13/2012; sendo, o último, objeto de exame da Informação nº **23/2019**–Diacomp1, apensada, conforme destaca:

CONTRATO	EMPRESA	PROCESSO	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
33/2017	Valor Ambiental Ltda.	094.000.854/2017	180 dias 23/10/2017 a 21/04/2018	7.490.104,07	44.490.624,42
29/2018	Valor Ambiental Ltda.	094.007.211/2018	180 dias 21/04/2018 a 17/10/2018 ou até a finalização do PE nº 2/2018, o que ocorrer primeiro	5.920.300,48	35.521.802,88
58/2018	Valor Ambiental Ltda.	094.011.518/2018	180 dias 18/10/2018 a 15/04/2019, até a finalização do PE nº 2/2018, o que ocorrer primeiro	7.447.736,52	44.686.419,12



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

30. No mérito, o Corpo Técnico também não aponta irregularidades na fundamentação utilizada para dispensa de licitação; porquanto entende que se tratam de serviços essenciais à manutenção da saúde pública distrital, que não poderiam ser interrompidos<sup>37</sup>.

31. Quanto ao ato de dispensa, no mesmo sentido, entende regular, dado o atendimento das formalidades legais<sup>38</sup>.

32. Já com relação à caracterização da situação emergencial aponta, *mutatis mutandis*, idênticas falhas aludidas em relação às circunstâncias envolvendo o Contrato Emergencial n.º **57/2018** (Processo n.º **34.472/2018**) (parágrafos 6º a 14, retro), uma vez que houve clara afronta às boas práticas de gestão e descumprimento do item II, “a”, da Decisão n.º 3.500/1999, além de deficiente planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, relacionados à elaboração do edital do certame, a teor do item II, “b”, do aludido *decisum*, o que implicou significativo atraso no andamento do Pregão Eletrônico ordinário e deu causa à celebração do ajuste emergencial examinado.

33. Ressaltando a gravidade das falhas, alude à possibilidade de que seja erigida a necessidade de celebração de um quarto ajuste emergencial e, em destaque, registra que a Valor Ambiental Ltda. é signatária de todos os ajustes relacionados, inclusive do extinto Contrato n.º **13/2012**.

34. Desse modo, em idêntico sentido, sugere que a Jurisdicional seja instada a apresentar esclarecimentos, uma vez que os fatos podem resultar na aplicação da penalidade prevista no inciso II do art. 57 da Lei Orgânica do TCDF, aos responsáveis, tendo em vista a possível afronta ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, bem como aos itens II. “a” e II. “b” da Decisão nº 3.500/99.

35. No que toca à justificativa do preço praticado no Contrato Emergencial n.º **58/2018**, narrando as mesmas irregularidades ocorridas ao esteio do Contrato Emergencial n.º **57/2018** e já reproduzidas neste opinativo (parágrafos 17/21, retro); conclui, em idêntico sentido, que a solicitação de preços às empresas consultadas foi realizada meramente de modo a cumprir a formalidade insculpida no art. 26, parágrafo único, III, da Lei de Licitações, intencionando, sem êxito, conferir aparência de legalidade ao processo de dispensa de licitação.

36. No entanto, especificamente em relação aos preços praticados na contratação, diferente do que aduziu na Informação n.º **20/2019** em relação ao Contrato Emergencial n.º **57/2018**, entende que, nesse caso, há indícios de prejuízo ao erário, o que pode ensejar a instauração de Tomada de Contas Especial e a aplicação de multa aos responsáveis, nos termos do art. 57, II e III, da Lei Complementar n.º 1/1994; razão pela qual sugere que a Corte determine a Jurisdicionada a apresentação de esclarecimentos. Reproduzo o contundente exame, *verbis*:

40. No que se refere especificamente aos preços praticados no âmbito contrato

<sup>37</sup> Projeto Básico (peça 4 - fl. 41), bem como corroborado pelo Parecer SEI-GDF n.º 134/2018 - SLU/PRESI/PROJU, da Procuradoria-Jurídica do SLU (item 2.2. Enquadramento da situação fática na hipótese de dispensa de licitação - fls. 592/593 da mesma peça).

<sup>38</sup> Datado de 16/10/18, foi ratificado pela autoridade superior no mesmo dia (peça 4 - fls. 600/604) e publicado no dia seguinte, no DODF nº 198, de 17/10/18, p. 45 (peça 4 - fl. 620), nada havendo a retocar no que se refere a este aspecto.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

emergencial sub examine, elaboramos a planilha consolidada Orcamento-Contrato-33-2017-versus-Contrato-29-2018-versus-Contrato-58-2018, associada aos presentes autos, contendo os valores mensais e totais para 180 dias dos três contratos emergenciais que sucederam o Contrato nº 13/2012, com base nos instrumentos contratuais constantes do sítio do SLU/DF <http://www.slu.df.gov.br/contratos-do-ano-2017/> e <http://www.slu.df.gov.br/contratos-do-ano-2018/>.

41. De se destacar, de pronto, a diferença detectada entre os valores mensais e totais por serviço que embasaram a celebração do Contrato nº 58/2018 (fl. 200 da peça 4), e os valores efetivamente calculados com base nos preços unitários e quantidades de cada serviço, conforme se observa pelas 4 últimas colunas daquela planilha.

42. Ressaltamos, todavia, que devido à baixa magnitude da diferença envolvida, optamos por utilizar em nossos cálculos os valores efetivamente constantes no Contrato nº 58/2018.

43. Destaque-se, também, que, do valor mensal do Contrato nº 58/2018 (R\$ 7.447.736,53) foram subtraídos os valores mensais correspondentes aos serviços *P12 – Remoção mecanizada de entulho PEV (Papa entulho)* e *P13 - Transferência de rejeito da coleta seletiva ao ASB (Aterro sanitário)*, recém incluídos no contrato examinado e não constantes dos contratos emergenciais anteriores (33/2017 e 29/2018), resultando em um valor mensal para efeito de comparação, portanto, de R\$ 7.209.196,97.

44. Assim, tomando-se por base o valor mensal do já encerrado Contrato nº 13/2012, cujo 9º Termo Aditivo vigorou de 23/10/16 a 22/10/17, nota-se que o valor mensal do contrato emergencial sub examine representa um acréscimo de 6,61 pontos percentuais relativamente ao valor mensal praticado a partir de outubro/2016, mais de dois anos atrás, portanto, conforme tabela a seguir:

VALOR MENSAL DO CONTRATO N.º 13/2012 (R\$)	VALOR MENSAL DO CONTRATO N.º 33/2017 (R\$)	VALOR MENSAL DO CONTRATO N.º 29/2018 (R\$)	VALOR MENSAL DO CONTRATO N.º 58/2018 (R\$)
6.762.293,50	7.490.104,06	5.920.300,48	7.209.196,97
VARIAÇÃO PERCENTUAL RELATIVAMENTE AO CONTRATO N.º 13/2012	10,76	-12,45	6,61

45. Sob este aspecto, portanto, não se identifica ressalva quanto ao valor mensal praticado no bojo do emergencial em avaliação.

46. Todavia, ao confrontar os valores mensais dos ajustes vistos na tabela anterior, chama a atenção a discrepância do valor mensal praticado no âmbito do Contrato Emergencial nº 29/2018 (R\$ 5.920.300,48), relativamente aos valores mensais praticados nos outros contratos emergenciais citados.

47. No que pese ter sido identificada uma redução de 12,45% no valor mensal do Contrato nº 29/2018, relativamente ao Contrato nº 13/2012, deve-se registrar que a redução do Contrato nº 33/2017 para o Contrato nº 29/2018 é maior ainda, aproximadamente 21%18.

48. Como se pode observar na planilha contida no arquivo associado Orcamento-Contrato-33-2017-versus-Contrato-29-2018-versus-Contrato-58-2018, ao realizar uma análise comparativa sob a perspectiva de Preços unitários e Quantidades de cada serviço, em cada contrato emergencial mencionado, notamos que a redução do valor mensal do Contrato nº 29/2018 relativa ao Contrato nº 33/2017 deve-se, em boa medida, a uma redução generalizada de 20% ocorrida nos quantitativos dos serviços P01 a P10.

49. Diante da divergência dos valores mensais contratuais praticados e, na falta de indícios em sentido contrário, somos levados a crer que, a princípio, o valor mensal praticado no âmbito do Contrato Emergencial nº 29/2018 tenha sido suficiente para a execução dos serviços ali propostos.

50. Neste diapasão, os fatos apontam no sentido de que possa estar havendo prejuízo aos cofres públicos em razão da prática de valores mensais maiores que os do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

**Contrato Emergencial nº 29/2018, sem qualquer motivação explicitada pelo próprio SLU/DF.** (destaquei).

37. Propõe ao final, *verbis*:

53. Diante de todo o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário que:

I) tome conhecimento das peças nos 1 a 11, acostadas aos presentes autos, bem como da Informação nº 23/2019 – Diacompl (peça nº 12);

II) determine ao SLU/DF que, no prazo de 30 dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes, com relação:

a) aos fatos registrados nos §§ 15/29 da presente Informação, tendo em vista a possível afronta ao inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, bem como aos itens II. “a” e II. “b” da Decisão nº 3.500/99, respectivamente; (§ 30)

b) aos fatos noticiados nos §§ 31/38 da Informação nº 23/2019 – Diacompl, tendo em vista possível afronta ao art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/93, bem como possível desídia administrativa, conforme aventado pelo próprio SLU/DF (v. §§ 35/36 da mesma Informação); (§ 39)

c) aos fatos noticiados nos §§ 40/50 da Informação 23/2019 – Diacompl, os quais podem estar dando causa a possível prejuízo aos cofres distritais; (§ 51)

III) autorize:

a) a remessa de cópia da presente informação à jurisdicionada, para conhecimento e adoção das providências cabíveis em relação ao item II supra;

b) a devolução dos autos à SEACOMP para os fins pertinentes.

38. Feitos esses registros, retomo o exame meritório, lembrando que a 1ª Divisão de Acompanhamento, além de promover a apensação do Processo n.º **34.529/2018** aos presentes autos, apresentou cota aditiva que, em substituição, compilou as sugestões dos Auditores de Controle Externo a teor das Informações produzidas (Processo n.º **34.472/2018** e Processo n.º **34.529/2018**).

39. Em preliminar, porém, *maxima venia*, entendo indevido o apensamento realizado, porquanto subverte o *princípio da alternatividade e do sorteio*, vez que a relatoria do processo apensado restou definida e fixada, de forma indevida, diretamente pela própria Unidade Técnica, descumprindo o art. 96 da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c art. 120 do RITCDF.

40. Ademais, inexistente previsão legal ou regimental para adoção da medida estanque de autorização do Relator ou do e. Plenário, vez que lhes compete, com exclusividade, a decisão acerca do encerramento do processo no sistema eletrônico e de seu apensamento definitivo a outro processo. Sobre isso, o Regimento Interno da Corte expressamente estabelece, *verbis*:

**CAPÍTULO IX**

**DO ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

Art. 137. O processo será encerrado no sistema informatizado de controle de processos, mediante despacho do dirigente da unidade técnica, nas seguintes situações:

I – quando houver decisão do relator ou do Tribunal pelo apensamento definitivo a outro processo. (destaquei).

41. Entendo, além disso, que as irregularidades descritas pelo Corpo Técnico – consubstanciadas, na primeira hipótese (Processo n.º **34.472/2018**), pela afronta ao art. 24, IV e art. 26, parágrafo único, III, da Lei n.º 8.666/1993 e pelo descumprimento dos itens II, “a” e II, “b”, da Decisão n.º 3.500/1999; e, no segundo caso (Processo n.º **34.529/2018**), do mesmo modo, pelo descumprimento dos mesmos dispositivos legais e determinações plenárias, além demonstrar indícios de danos ao erário – embora, aparentemente, derivem de uma única conduta, o que, a toda



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

evidência, induziu o apensamento por economia processual; na verdade, denunciam a existência de diversas emergências fabricadas que, na visão do Ministério Público de Contas, devem ser examinadas separadamente; porquanto podem implicar sancionamentos também diferentes e diversos e, no caso do Processo n.º 34.529/2018, ensejar a conversão daqueles autos em Tomada de Contas Especial, conforme alude a própria Instrução.

42. Quanto às sugestões apresentadas pelo Corpo Técnico no que toca à apresentação de esclarecimentos, o *Parquet* especializado também lamenta discordar; porquanto a fase é de oferecimento de Razões de Justificativa do responsável, conforme dispõem os artigos 43 e 57, II e §1º, da Lei Complementar n.º 1/1994<sup>39</sup> e se depreende da leitura dos artigos 234, I, 235, I, “b”, 247, I, 248, I a V, §§1º e 2º, 249, 272, II e VII, do Regimento Interno da Corte<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Lei Complementar n.º 1/1994

Seção IV

Fiscalização de Atos e Contratos

[...]

Art. 43. Ao proceder à fiscalização de que trata este Capítulo, o Conselheiro Relator ou o Tribunal:

I – determinará as providências estabelecidas no Regimento Interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão-somente, falta ou impropriedade de caráter formal;

[...]

Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

[...]

II – ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

[...]

§ 1º Ficará sujeito à multa prevista neste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado.

<sup>40</sup> Regimento Interno TCDF

Art. 234. Acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;

[...]

Art. 235. O acompanhamento das atividades dos órgãos e entidades jurisdicionadas será feito de forma seletiva e concomitante, mediante informações obtidas:

I - pela publicação nos órgãos oficiais e mediante consulta a sistemas informatizados adotados pela administração pública distrital:

[...]

b) dos editais de licitação, dos extratos de contratos e de convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como dos atos sujeitos a registro;

Do Objeto da Fiscalização

Subseção I

Da Fiscalização de Atos e Contratos

Art. 247. Para assegurar a eficácia do controle externo e instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a fiscalização dos atos de que resulte receita ou despesa, praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, competindo-lhe, para tanto, em especial:

I - realizar fiscalizações, na forma estabelecida nos arts. 231 a 236 deste Regimento;

[...]

Art. 248. Ao apreciar processo relativo à fiscalização de atos e contratos, o relator ou o Tribunal:

I - determinará o arquivamento do processo, ou o seu apensamento às contas correspondentes, se útil à apreciação destas, quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

II - determinará a adoção de providências corretivas por parte do responsável ou de quem lhe haja sucedido quando verificadas tão somente falhas de natureza formal ou outras impropriedades que não ensejem a aplicação de multa aos responsáveis ou que não configurem indícios de débito e o arquivamento ou apensamento do processo às respectivas contas, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das determinações;

[...]

IV - determinará a audiência do responsável para, no prazo de trinta dias, apresentar razões de justificativa, quando verificada a ocorrência de irregularidades decorrentes de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, bem como infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

43. As severas e contundentes irregularidades evidenciadas pelo Auditor de Controle Externo, envolvendo a Contratação Emergencial n.º **57/2018**, denunciam expressamente, como se disse, o descumprimento do art. 24, IV e art. 26, parágrafo único, III, da Lei nº 8.666/93, bem como dos itens II, “a” e II, “b” da Decisão n.º 3.500/1999; ensejando a responsabilidade da Diretora Presidente da entidade à época dos fatos, que, no entendimento do Ministério Público de Contas, deve ser chamada em audiência para apresentar Razões de Justificativa, na forma do art. 248, IV, do RITCDF, dada a possibilidade de ser sancionada na forma do art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994.

44. O exame do Corpo Técnico evidencia, portanto, clara hipótese de *emergência fabricada*, porquanto, a toda evidência, decorrente de inércia e/ou incúria da Administração. Sobre o tema, leciona Marçal Justen Filho<sup>41</sup>:

A questão apresenta relevância especialmente no tocante à comumente denominada ‘*emergência fabricada*’, em que a Administração deixa de tomar tempestivamente as providências necessárias à realização da licitação previsível. Assim, atinge-se o termo final de um contrato sem que a licitação necessária à nova contratação tivesse sido realizada. [...]

45. Portanto, a análise aponta graves indícios de que o ajuste inquinado se processou ao esteio de ações dolosas ou culposas do administrador, seja em razão da falta de planejamento ou de planejamento deficiente, de desídia administrativa ou de má gestão dos recursos públicos; conforme fez questão de registrar o zeloso Corpo Técnico.

46. A teor dos apontamentos da Instrução, exasperam-se os fatos inquinados quando se constata que a sociedade empresária reiteradamente contratada ao esteio da suposta *emergência* é a mesma do ajuste original vencido, Sustentare Saneamento S/A.

47. Além disso, agravam-se as irregularidades apontadas pelo Corpo Técnico quando se verifica que a Corte, por meio da Decisão n.º 1.067/2018, exarada no bojo do Processo n.º **33.838/2017**, apontou ilegalidades dos procedimentos administrativos adotados pelo SLU<sup>42</sup> no

financeira, orçamentária ou patrimonial;

V - determinará a oitiva da entidade fiscalizada e do terceiro interessado para, no prazo de trinta dias, manifestarem-se sobre fatos que possam resultar em decisão do Tribunal no sentido de desconstituir ato ou processo administrativo ou alterar contrato em seu desfavor.

[...]

§ 1º Acolhidas as razões de justificativa, o Tribunal, conforme o caso, adotará uma das providências previstas no inciso I deste artigo.

§ 2º Rejeitadas as razões de justificativa, o Tribunal poderá aplicar ao responsável, no próprio processo de fiscalização, ressalvado o disposto no art. 202, a multa prevista no inciso II ou III do art. 272 deste Regimento e determinará o registro do processo às contas correspondentes.

[...]

Art. 249. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato em execução, o Tribunal assinará prazo de até trinta dias para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, com indicação expressa dos dispositivos a serem observados, sem prejuízo do disposto no inciso IV e nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

[...]

Art. 272. O Tribunal poderá aplicar multa, cujo valor máximo será atualizado na forma prescrita no § 1º deste artigo, aos responsáveis por contas e atos adiante indicados, observada a seguinte gradação:

[...]

II - ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial: entre cinco e cem por cento do montante a que se refere o caput deste artigo;

[...]

VII - descumprimento de decisão do Tribunal, salvo motivo satisfatoriamente justificado: entre vinte e cem por cento do montante a que se refere o caput deste artigo;

<sup>41</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012, p. 341.

<sup>42</sup> Irregularidades acerca da qualificação técnica das licitantes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

bojo da dispensa de licitação que ensejou a celebração do Contrato Emergencial n.º **32/2017**, que antecedeu o Contrato Emergencial n.º **27/2018** e o Contrato Emergencial n.º **57/2018**<sup>43</sup>; todos, como se disse, firmados com a empresa Sustentare Saneamento S.A., o que implicou determinação dirigida à Jurisdicionada tendente à anulação da primeira contratação emergencial<sup>44</sup>, instando-a à retomada do certame na fase de análise das propostas<sup>45</sup>, bem como determinação de audiência da Diretora-Presidente do SLU, para, naqueles autos, apresentar Razões de Justificativa acerca da ilegalidade apontada, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, incisos II e III, da LC n.º 01/1994.

48. Não há dúvidas de que as inúmeras falhas apontadas nas diversas Representações e impugnações nos autos do Processo n.º 10.226/2017-e decorrem, em grande medida, do deficiente planejamento e das intempestivas providências da Jurisdicionada em relação à contratação ordinária que deveria substituir o Contrato n.º **12/2012**, extinto em 22/10/2017<sup>46</sup>; o que, nesse sentido, deu azo às reiteradas contratações fabricadas sob o mote da emergência, inclusive o Contrato Emergencial n.º **57/2018**, sob exame; dando azo, na verdade, cada uma a seu tempo, a sucessivas prorrogações materiais da contratação emergencial originária, inclusive com manutenção da parte contratada, com flagrante descumprimento da vedação imposta pelo art. 24, IV, *última parte*, da Lei n.º 8.666/1993.

49. Além disso, quanto à inexistência de danos ao erário, o Ministério Público de Contas, *maxima venia*, lamenta discordar da zelosa Instrução; porquanto entendo flagrante o dano causado ao erário pelas sucessivas emergências fabricadas.

50. Vê-se, manifestamente, que, em todos os contratos emergenciais entabulados, incluindo, portanto, o Contrato Emergencial n.º **57/2018**, em análise, os valores aceitos e pagos pela Jurisdicionada ficaram bem acima dos montantes estimados e já atualizados para o **Lote 1**, na última versão do Pregão n.º **2/2018**–SLU.

51. Referido certame, destinado a substituir o Contrato n.º **12/2012**, fixou valor mensal de R\$ **12.780.290,14** para o aludido lote; logo, R\$ **1.504.289,42** abaixo do valor mensal pago, somente no Contrato Emergencial n.º **57/2018**–SLU/SUSTENTARE.

52. De outro lado, o dano avança na medida em que a proposta vencedora da sociedade empresária CAVO Serviços e Saneamento S/A, ainda não homologada/adjudicada, no aguardo de

<sup>43</sup> Sob exame.

<sup>44</sup> III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU que, nos termos do art. 45 da Lei Complementar n.º 01, de 9 de maio de 1994, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, em virtude da ilegalidade apontada no item “II-c” precedente, devendo retomar o certame na fase de análise das propostas, encaminhando ao Tribunal as medidas adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias;

<sup>45</sup> PARECER N.º 1.097/2017–DA

EMENTA: Representação. Serviço de Limpeza Urbana. Contrato emergencial. Cavo Serviços e Saneamento S.A. Pedido cautelar. Decisão. Admissibilidade. Prazo para manifestação. Corpo Técnico, após exame das manifestações, pelo indeferimento da medida cautelar pleiteada e improcedência da Representação. Arquivamento. MPCDF parcialmente discordante. **Ilegalidades constatadas. Conhecimento prévio do Projeto Básico por sociedade empresária interessada. Malferimento à isonomia.** Projeto básico final não aprovado pela autoridade competente. Inabilitação técnica ilegal e inconstitucional. Baixa relevância do item no contexto do objeto contratual. Prática de ato antieconômico. Declaração de ilegalidade do certame e determinação de anulação do contrato.

<sup>46</sup> Extrato do Décimo Termo Aditivo, publicado no DODF n.º 216, de 17/11/16, p. 79 (peça 9). Vigência estendida para 22/10/2017.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

*decisum* plenário meritório no Processo n.º 10.226/2017-e, alcançou a cifra de R\$ **10.066.620,80/mês**; assim, R\$ **4.217.958,76** abaixo do valor mensal pago no Contrato Emergencial n.º 57/2018 (R\$ 14.284.579,56).

53. Desse modo, discordo do Corpo Técnico nesse ponto e, entendendo que há evidências de grave dano ao erário na contratação entabulada, sugiro que a Corte, nos termos do art. 46 da Lei Complementar n.º 1/1994, determine a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial.

54. Além disso, conforme adverte o competente Corpo Técnico – na iminência da 4ª contratação emergencial – e admitindo-a apenas *ad argumentandum tantum*, entendo que, caso venha a ser perseguida, a Corte deve determinar que, em nenhuma hipótese, se processe em valor superior ao valor estimativo fixado no Pregão n.º 2/2018-SLU, para o Lote 1.

55. Em face do exposto, discordando da Instrução quanto ao apensamento efetuado, sugiro ao e. Plenário que, chamando o feito à ordem:

I – determine a separação do Processo n.º **34.529/2018**, bem como a retomada de sua tramitação ordinária com vistas à apreciação ordinária da Corte;

48. No mais, com ajustes redacionais que proponho, aquiesço apenas parcialmente com a Instrução quanto ao mérito; e discordando do encaminhamento proposto pela 1ª Divisão de Acompanhamento, sugiro ao e. Plenário que:

II – tome conhecimento:

a) das peças 1 a 9 acostadas aos presentes autos;

b) da Informação n.º 20/2019 – Diacompl (peça 10);

III. autorize a audiência de HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS, Diretora-Presidente do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal à época, para que, no prazo de 30 dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes em relação aos fatos consignados, considerando a possibilidade de ser sancionada na forma do art. 57, II e III, da Lei Complementar n.º 1/1994:

a) nos §§ 15/23 da Informação n.º 20/2019 – Diacompl, haja vista a afronta ao inciso IV do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, bem como aos itens II, “a” e II, “b”, da Decisão n.º 3.500/1999;

b) nos §§ 30/36 da Informação n.º 20/2019 – Diacompl, haja vista a afronta ao art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei n.º 8.666/1993, bem como a desídia administrativa, conforme aventado pelo próprio SLU/DF (§§ 33/34 da Informação);

IV – nos termos do art. 46 da Lei Complementar n.º 1/1994, determine a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial;

V – determine ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal que, caso venha a admitir nova contratação emergencial ao fundamento de substituir o Contrato n.º **12/2012-SLU**, abstenha-se de aceitar propostas superiores aos valores estimativos fixados no Pregão n.º 2/2018-SLU; e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

VI – autorize o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.

É o parecer.

Brasília, 9 de abril de 2019

**Demóstenes Tres Albuquerque  
Procurador**